



PREFEITURA MUNICIPAL DE SALES OLIVEIRA

ESTADO DE SÃO PAULO

CONCURSO PÚBLICO

001. PROVA OBJETIVA

PROCURADOR JURÍDICO

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas, este caderno, contendo 50 questões objetivas, e o caderno de prova prático-profissional.
- ◆ Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala para a devida substituição deste caderno.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração das provas objetiva e prático-profissional é de 5 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas e para a transcrição do texto definitivo.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridas 4 horas do início das provas.
- ◆ Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue suas provas e assine o termo respectivo.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal o caderno de prova prático-profissional, a folha de respostas e este caderno.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO.

Nome do candidato

RG

Inscrição

Prédio

Sala

Carteira

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO CONSTITUCIONAL

01. No prédio-sede da Câmara Legislativa do município X, existe um símbolo religioso. O presidente da Câmara de Vereadores decide propor a retirada de tal símbolo religioso, sob o fundamento da laicidade do Estado brasileiro.

Acerca do caso hipotético, considerando o entendimento do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que

- (A) é inadmissível a existência de símbolos religiosos em prédios públicos, devendo ocorrer a imediata remoção.
- (B) se deve optar entre retirar o símbolo religioso ou permitir a inserção de outros símbolos religiosos que representem todos os credos, sob pena de violação do princípio da não discriminação.
- (C) deve haver um levantamento da religião predominante no município e, se o símbolo religioso for compatível com a fé coletiva local, deve ser preservado.
- (D) a presença de símbolo religioso, no caso, desde que tenha o objetivo de manifestar a tradição cultural da sociedade brasileira, não viola os princípios da não discriminação, da laicidade estatal e da impessoalidade.
- (E) será uma opção discricionária da Câmara dos Vereadores, por maioria absoluta de seus membros, decidir sobre o destino do símbolo religioso.

02. O prefeito da cidade X apresentou um projeto de lei para disciplinar a proteção ao patrimônio histórico e cultural do município. Tendo em vista a disciplina constitucional acerca das competências dos entes federados, é correto afirmar que a competência para legislar sobre o assunto é

- (A) concorrente, da União e Estado, podendo o município suplementar a legislação federal e estadual no que couber.
- (B) comum, podendo o Município legislar sobre patrimônio histórico e cultural, sem necessidade de observância da legislação federal e estadual.
- (C) privativa da União, não podendo o município disciplinar o assunto.
- (D) concorrente, da União e Estado, não podendo o município disciplinar sobre o assunto.
- (E) exclusiva da União, não podendo o município disciplinar o assunto.

03. José da Silva, deputado federal, cometeu um crime considerado pela lei processual penal como inafiançável e foi preso em flagrante delito. Acerca do caso hipotético, é correto afirmar:

- (A) os autos deverão ser remetidos dentro de quarenta e oito horas à Casa respectiva, para que, pelo voto da maioria de seus membros, resolva sobre a prisão.
- (B) recebida a denúncia contra o deputado, o Supremo Tribunal Federal dará ciência à Casa respectiva, que, por iniciativa de partido político nela representado e pelo voto de três quintos de seus membros, poderá, até a decisão final, sustar o andamento da ação.
- (C) se requerida a sustação da ação, esta será apreciada pela Câmara dos Deputados no prazo improrrogável de quinze dias do seu recebimento pela Mesa Diretora.
- (D) se deferida eventual proposta de sustação do processo, haverá a suspensão da prescrição, enquanto durar o mandato.
- (E) o deputado deverá ser submetido a julgamento perante o Superior Tribunal de Justiça.

04. No final do mandato presidencial, foi apresentado, por um senador, um projeto de lei que tinha como conteúdo matéria de iniciativa privativa do presidente da República. O projeto de lei foi aprovado pelo Poder Legislativo. Quando da remessa para sanção, outro presidente da República, recém-eleito, considerava o projeto de lei como de interesse público, razão pela qual o sancionou.

Acerca do caso hipotético, é correto afirmar:

- (A) a sanção posterior supre o vício de iniciativa.
- (B) a lei é formalmente inconstitucional por vício de iniciativa, razão pela qual o presidente da República deveria ter realizado o veto político.
- (C) mesmo concordando com o conteúdo da proposta, o presidente da República deveria ter realizado o veto jurídico.
- (D) se o ex-presidente da República concordar com o projeto, por ser a autoridade constituída na época da tramitação do projeto de lei, haverá convalidação da irregularidade do processo legislativo.
- (E) a lei é materialmente inconstitucional por vício de iniciativa, pois o presidente da República deveria ter utilizado o veto jurídico.

05. Foi iniciado, pela Câmara Municipal do município X, o julgamento do prefeito por crime de responsabilidade. No mesmo dia em que se iniciou o julgamento pela Câmara, foi ajuizada pelo Ministério Público ação de improbidade administrativa, motivada pelos mesmos fatos que ensejaram a acusação por crime de responsabilidade.

Acerca do caso hipotético, tendo em vista a Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que

- (A) ocorre manifesto *bis in idem*, devendo ser extinta, sem julgamento do mérito, a ação de improbidade administrativa.
- (B) não é permitida mais de uma punição pelo mesmo fato, devendo ser extinto o processo relativo ao crime de responsabilidade.
- (C) deve ser a ação de improbidade suspensa e, se restar algum fato não abrangido pela condenação pelo crime de responsabilidade, poderá retomar seu curso normal.
- (D) o processo e o julgamento do prefeito por crime de responsabilidade não impedem sua responsabilização por atos de improbidade administrativa em virtude da autonomia das instâncias.
- (E) o processo do crime de responsabilidade deve ser suspenso e, se o prefeito for absolvido no processo relativo à improbidade administrativa, poderá retomar seu seguimento.

06. Acerca da reforma agrária, tendo em vista a disciplina constante da Constituição Federal, é correto afirmar que

- (A) o imóvel desapropriado para fins de reforma agrária, terra nua e benfeitorias será pago em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão.
- (B) são insuscetíveis de desapropriação para fins de reforma agrária a pequena e média propriedade rural, assim definida em lei, desde que seu proprietário não possua outra, bem como a propriedade produtiva.
- (C) os beneficiários da distribuição de imóveis rurais pela reforma agrária receberão títulos de domínio ou de concessão de uso, inegociáveis pelo prazo de vinte anos.
- (D) o título de domínio e a concessão de uso serão conferidos ao homem ou à mulher, ou a ambos, desde que casados e em união estável formalizada, nos termos e condições previstos em lei.
- (E) a competência para desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, é concorrente entre a União e Estados, podendo ser executada pelos municípios, mediante regular convênio com o órgão federal.

07. José era ocupante de cargo em comissão, de livre nomeação e exoneração. João, superior imediato de José, por motivos pessoais, não gostava de José e pretendia exonerá-lo. Como José era uma pessoa muito estimada na repartição pública, João o exonerou, fundamentando, no ato, que não havia demanda de trabalho suficiente que justificasse a permanência de José no cargo comissionado. Logo após a demissão de José, em razão do grande volume de serviços, João contratou outra pessoa para ocupar o mesmo cargo comissionado anteriormente ocupado por José.

Tendo em vista esse caso hipotético, pode-se, corretamente, afirmar que

- (A) a demissão é válida, tendo em vista que José era ocupante de cargo de livre exoneração, não havia, sequer, necessidade de justificativa da demissão.
- (B) a demissão é anulável, tendo em vista que, mesmo os ocupantes de cargos em comissão de livre nomeação, não podem ser exonerados, salvo por justa causa, em razão do princípio da impessoalidade.
- (C) a exoneração é nula, pois deveria ser precedida de regular processo administrativo disciplinar, com possibilidade de ampla defesa e contraditório.
- (D) há nulidade na exoneração, tendo em vista que, apesar da desnecessidade de motivação, esta, se existente, deve ser verdadeira, aplicando-se a teoria dos motivos determinantes.
- (E) a exoneração é válida, pois estava abrangida pelo juízo de conveniência e oportunidade, mérito do ato administrativo, não passível de sindicância ou revisão pelo Poder Judiciário.

08. Acerca das diferenças e/ou semelhanças entre os institutos da permissão e concessão de serviços públicos, assinale a alternativa correta.

- (A) A permissão dispensa licitação, enquanto a concessão requer licitação na modalidade concorrência.
- (B) A permissão pode ser firmada por prazo indeterminado ou determinado, enquanto a concessão deve ser sempre firmada por prazo determinado.
- (C) A permissão não tem natureza contratual, formalizada mediante ato administrativo unilateral, enquanto a concessão deve ser formalizada mediante contrato de adesão.
- (D) A permissão pode ser firmada com pessoa física, enquanto a concessão deve ser firmada somente com pessoa jurídica ou consórcio de empresas.
- (E) A permissão tem caráter de exclusividade, enquanto a concessão, salvo justificativa técnica, deve ser contratada com mais de um concessionário.

09. José é procurador do Município, com vínculo estatutário, lotado na área da consultoria, cuja função é elaborar pareceres jurídicos nas licitações e contratações municipais. Anote-se que José foi aprovado há menos de 3 (três) anos no concurso público, estando em estágio probatório. José foi nomeado agente de contratação, sem prejuízo das suas funções como procurador.

Acerca desse caso hipotético, pode-se afirmar corretamente que

- (A) é vedada a nomeação, como agente de contratação, de servidor público em estágio probatório.
- (B) a cumulação das funções de procurador e agente de contratação ofende o princípio da segregação de funções.
- (C) é adequada a cumulação das funções de procurador e agente de contratação, pois tem o potencial de fomentar o princípio da eficiência e legalidade.
- (D) José, na função de agente de contratação, será auxiliado por equipe de apoio e responderá individualmente pelos atos que praticar, mesmo se induzido a erro pela atuação da equipe.
- (E) como agente de contratação, José poderá ser substituído por comissão de contratação formada por, no mínimo, 5 (cinco) membros, que responderão solidariamente por todos os atos praticados pela comissão.

10. O Município declarou de utilidade pública, no ano de 2025, para fins de desapropriação, imóvel urbano para destiná-lo à construção de um hospital. Foi ofertado e depositado inicialmente, para fins de imissão provisória na posse, o valor de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais). Foi ajuizada ação de desapropriação. Na sentença, o juiz, amparado em laudo de avaliação elaborado por perito judicial, decretou a procedência da ação de desapropriação, fixando a indenização no valor de R\$ 900.000,00 (novecentos mil reais). Referida decisão transitou em julgado.

Assim sendo, a diferença entre o valor ofertado e o fixado na sentença (R\$ 400.000,00 – quatrocentos mil reais) deverá ser paga

- (A) mediante depósito direto na conta do expropriado em até 15 (quinze) dias, sob pena de incidência de juros moratórios.
- (B) por meio de precatório, ao qual deverá constar expressamente a incidência de juros compensatórios cumulados com moratórios, se o Município não estiver em dia com o pagamento dos precatórios.
- (C) por meio de precatório, salvo se o Município não estiver em dia com os precatórios, caso em que deverá ser feito pagamento mediante depósito direto.
- (D) mediante depósito direto e imediato, tendo em vista que o regime dos precatórios é incompatível com a garantia da justa e prévia indenização em dinheiro na desapropriação, assegurada pela Constituição Federal.
- (E) conforme escolha discricionária do Chefe do Poder Executivo, considerando que o pagamento poderá ser feito por depósito direto ou precatório; nesse caso, mediante indenização acrescida de juros compensatórios e moratórios.

11. A Câmara Municipal aprovou uma lei tombando um imóvel de propriedade do Estado. Este ajuizou uma ação postulando a declaração da nulidade do tombamento, em razão da suposta inobservância do princípio da hierarquia verticalizada.

Acerca desse caso hipotético, tendo em vista a Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa correta.

- (A) Bens do Estado não podem ser tombados pelo Município, podendo, entretanto, ser tombados pela União, em razão do princípio da hierarquia verticalizada.
- (B) A lei não pode, ainda que provisoriamente, realizar tombamento, por ser este um ato administrativo de competência exclusiva do Poder Executivo.
- (C) O tombamento somente poderia ocorrer mediante autorização legislativa da Assembleia Legislativa do Estado.
- (D) Somente mediante autorização legislativa da União pode um bem público estadual ser tombado por Município.
- (E) O tombamento realizado por lei municipal tem efeito provisório e pode atingir bens do Estado, não se aplicando o princípio da hierarquia verticalizada.

12. Considere a seguinte situação hipotética:

O Município ajuizou uma ação de execução fiscal contra a pessoa jurídica "Pague Bem" pelo não pagamento de tributo de competência municipal. Durante a execução fiscal, foi adjudicado um bem imóvel de propriedade do devedor, consistente num galpão de armazenamento de produtos. Após o regular registro da carta de adjudicação em nome do Município, o Prefeito decidiu permutar o imóvel por um outro, único apto à instalação de um posto de saúde. Anote-se que os dois imóveis foram avaliados e têm o mesmo valor de mercado.

Para formalizar a permuta, será(ão) necessária(s)

- (A) demonstração de interesse público e avaliação.
- (B) autorização legislativa.
- (C) licitação.
- (D) autorização legislativa e licitação.
- (E) avaliação e autorização legislativa.

- 13.** O Município Alfa firmou promessa de compra e venda de um imóvel de sua propriedade com a sociedade empresária Beta Ltda., que passou a ocupá-lo e a exercer nele atividade econômica lucrativa, embora o registro de transferência ainda não tivesse sido efetivado.

Diante desse quadro, e à luz do regime constitucional da imunidade tributária recíproca, é correto afirmar:

- (A) a imunidade recíproca alcança impostos, taxas e contribuições de melhoria incidentes sobre o patrimônio, a renda e os serviços dos entes federativos.
- (B) a empresa pública que explora atividade econômica em regime concorrencial goza da imunidade recíproca por integrar a Administração Pública indireta.
- (C) a imunidade recíproca não exonera o promitente comprador da obrigação de pagar o imposto relativamente ao bem imóvel objeto de promessa de compra e venda.
- (D) a imunidade recíproca somente produz efeitos após regulamentação por lei complementar.
- (E) a imunidade recíproca beneficia exclusivamente a União, não se estendendo a Estados, Distrito Federal e Municípios.

- 14.** Sobre a repartição constitucional das receitas tributárias pertencentes aos Municípios, é correto afirmar:

- (A) pertencem aos Municípios 50% do produto da arrecadação do imposto de renda retido na fonte sobre os rendimentos que pagarem, a qualquer título.
- (B) cabem aos Municípios 25% da arrecadação do Imposto Territorial Rural relativo aos imóveis neles situados, vedada a delegação da capacidade de fiscalização e cobrança.
- (C) pertencem aos Municípios 25% do produto da arrecadação do IPVA dos veículos automotores licenciados em seus territórios.
- (D) a totalidade das parcelas do ICMS pertencentes aos Municípios será creditada exclusivamente segundo critério populacional fixado em lei estadual.
- (E) pertencem aos Municípios 25% do produto da arrecadação do ICMS, devendo, no mínimo, 65% dessas parcelas serem creditadas na proporção do valor adicionado nas operações realizadas em seus territórios.

- 15.** Maria, proprietária de uma padaria, alienou a João o respectivo estabelecimento (fundo de comércio) e, imediatamente após o negócio, encerrou definitivamente suas atividades empresariais, não iniciando qualquer outra. Existiam tributos e multas, relativos ao estabelecimento, vencidos antes da alienação.

Sobre a responsabilidade tributária de João, é correto afirmar:

- (A) João responde integralmente pelos tributos relativos ao estabelecimento, devidos até a data do ato, uma vez que a alienante cessou a exploração da atividade.
- (B) João responde apenas subsidiariamente com a alienante, pois a responsabilidade do adquirente é sempre subordinada à do alienante.
- (C) a responsabilidade de João abrange somente os tributos, excluídas as multas moratórias ou punitivas relativas a fatos geradores anteriores à aquisição.
- (D) caso Maria iniciasse, em seu próprio nome, nova atividade no mesmo ramo, dentro de seis meses, João passaria a responder integralmente e Maria ficaria exonerada.
- (E) por se tratar de obrigação personalíssima, a responsabilidade do sucessor exige a demonstração de fraude ou má-fé do adquirente.

- 16.** Considerando a Lei nº 6.830/1980 (Lei de Execução Fiscal) e o entendimento consolidado dos Tribunais Superiores, é correto afirmar:

- (A) o despacho do juiz que ordena a citação na execução fiscal não interrompe a prescrição, que só se interrompe com a citação pessoal do devedor.
- (B) a exceção de pré-executividade é admissível na execução fiscal quanto às matérias conhecíveis de ofício que não demandem dilação probatória.
- (C) para opor embargos à execução fiscal, a Fazenda Pública deve previamente garantir o juízo.
- (D) a ação anulatória de débito fiscal exige o depósito preparatório do valor integral do débito como condição de procedibilidade.
- (E) é vedada a citação por edital na execução fiscal, sendo obrigatória a citação pessoal do executado.

17. Sobre o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), disciplinado pela Lei Complementar nº 116/2003, é correto afirmar:

- (A) o ISS é devido no local onde o serviço é efetivamente prestado, independentemente da localização do estabelecimento prestador.
- (B) a lista de serviços anexa à lei é exemplificativa, admitindo a tributação, por analogia, de serviços nela não expressamente previstos, bem como interpretação ampliativa.
- (C) como regra geral, o imposto é devido no local do estabelecimento prestador, ressalvadas as hipóteses expressamente previstas na lei complementar.
- (D) nos serviços de execução de obra de construção civil, o imposto é devido no local do estabelecimento prestador.
- (E) a alíquota mínima do ISS é de 2%, não havendo alíquota máxima, considerando-se a autonomia municipal para fixação do imposto.

18. Acerca dos crimes contra a ordem tributária (Lei nº 8.137/1990) e do entendimento sumulado do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar:

- (A) o pagamento integral do débito tributário, se efetuado após o recebimento da denúncia, não extingue a punibilidade.
- (B) os crimes do art. 1º da Lei nº 8.137/1990 são formais, consumando-se independentemente da efetiva supressão ou redução de tributo.
- (C) a extinção da punibilidade pelo pagamento é expressamente vedada nos crimes contra a ordem tributária.
- (D) a pendência de recurso administrativo que discute o crédito não impede o início da persecução penal quanto aos crimes materiais do art. 1º.
- (E) não se tipifica crime material contra a ordem tributária, previsto no art. 1º, I a IV, da Lei nº 8.137/1990, antes do lançamento definitivo do tributo.

19. Considerando a possibilidade de utilização dos negócios jurídicos processuais, assinale a alternativa correta de acordo com o disposto no Código de Processo Civil.

- (A) De comum acordo, o juiz e as partes podem fixar e alterar o calendário para a prática dos atos processuais, sempre que for o caso.
- (B) As partes devem ser intimadas eletronicamente acerca da prática de ato processual ou a realização de audiência cujas datas tiverem sido designadas no calendário.
- (C) De comum acordo, o juiz e as partes podem estabelecer o uso de língua estrangeira no processo.
- (D) A utilização dos negócios jurídicos processuais deve ser estipulada pelas partes antes do início do processo.
- (E) O juiz pode, de ofício ou a requerimento, recusar o negócio jurídico processual se verificar que alguma parte se encontre em manifesta situação de vulnerabilidade.

20. De acordo com o atual entendimento do Superior Tribunal de Justiça, o pedido de suspensão da segurança pode ser formulado

- (A) por autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista, desde que para tutelar o interesse privado.
- (B) por qualquer pessoa jurídica de direito privado, desde que na defesa do interesse público.
- (C) pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviço público excepcionalmente na defesa do interesse público primário.
- (D) pelo Ministério Público, Defensoria Pública e Confederações Sindicais.
- (E) pela União, Estados, Distrito Federal e municípios, apenas.

21. Acerca da arguição de falsidade, assinale a alternativa correta de acordo com o disposto no Código de Processo Civil.

- (A) Uma vez arguida, a falsidade será resolvida como questão principal, salvo se a parte requerer que o juiz a decida como questão incidental.
- (B) Depois de ouvida a outra parte no prazo de 15 (quinze) dias, será realizado o exame pericial, exceto se a parte que produziu o documento concordar em retirá-lo.
- (C) A declaração sobre a falsidade do documento, quando suscitada como questão principal, constará da fundamentação da sentença não incidindo sobre ela a coisa julgada.
- (D) A parte arguirá a falsidade, expondo os motivos em que funda a sua pretensão e os meios com que provará o alegado, no prazo de 5 dias contados a partir da intimação da juntada do documento aos autos.
- (E) A arguição de falsidade deverá ser proposta em incidente separado, não podendo ser suscitada na contestação ou réplica.

22. De acordo com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, assinale a alternativa correta acerca dos embargos de declaração.

- (A) Não são cabíveis embargos de declaração contra despacho que determina a intimação da parte para regularizar o preparo recursal.
- (B) Os embargos de declaração podem ser utilizados para adequar a decisão ao entendimento da parte embargante ou rediscutir matéria já decidida.
- (C) Não é admitida a conversão de embargos de declaração em agravo interno quando a pretensão declaratória possui manifesto caráter infringente.
- (D) A ausência de manifestação sobre o mérito de recurso que não ultrapassou o juízo de admissibilidade caracteriza omissão apta a autorizar a oposição de embargos de declaração.
- (E) Desde que se trate de matéria de ordem pública, os embargos de declaração podem ampliar as questões veiculadas no recurso para incluir teses que não foram anteriormente suscitadas.

23. Helena exercia, há três anos, a posse mansa e contínua de um imóvel residencial de propriedade particular. Há trinta dias, durante um mutirão de regularização imobiliária, agentes do município de Sales Oliveira ingressaram no imóvel e retiraram Helena da posse, impedindo seu acesso ao imóvel, sem a instauração de procedimento expropriatório ou ordem judicial. Helena ajuizou ação de reintegração de posse em face do município, instruindo a petição inicial com documentos que comprovavam sua posse, o esbulho praticado pelo Poder Público, a data da sua ocorrência e a perda da posse em decorrência da atuação dos agentes municipais.

Considerando a situação hipotética, assinale a alternativa correta.

- (A) Concedida a liminar, se essa não for executada no prazo máximo de 6 (seis) meses, a contar da data de distribuição, caberá ao juiz designar audiência de mediação.
- (B) Considerando que a petição inicial estava devidamente instruída, o juiz deferirá, sem ouvir o réu, a expedição do mandado liminar de reintegração de posse para Helena.
- (C) Caso o mandado liminar de reintegração não seja concedido, Helena terá o prazo de trinta dias para promover a citação do município sob pena de extinção do processo.
- (D) Por se tratar de ação de reintegração de posse contra o município, não será deferida a liminar sem prévia audiência dos respectivos representantes judiciais.
- (E) O Ministério Público será intimado para comparecer à audiência, e a Defensoria Pública será intimada sempre que houver participação de ente público.

24. Assinale a alternativa que corresponde a uma situação perante a qual é impetrável o habeas data.

- (A) Adilson, sem assistência de um advogado, requer informações pessoais constantes de banco de dados do município no qual reside, que foram negadas administrativamente.
- (B) Bianca requer informações de caráter público constantes de banco de dados relativas à sua filha, Carla, maior de idade.
- (C) Douglas requer retificação de seus dados pessoais por meio de habeas data embora prefira fazê-lo por processo judicial sigiloso.
- (D) Edgar requer informações constantes de banco de dados de uso privativo da entidade depositária das informações.
- (E) A empresa ABC, após recusa da autoridade administrativa, requer informações a ela relativas, constantes de bancos de dados de entidades governamentais.

25. Considerando a classificação doutrinária clássica, assinale a alternativa que descreve corretamente o conteúdo e o âmbito de incidência do princípio protetor do Direito do Trabalho.

- (A) O princípio da norma mais favorável determina que, em caso de dúvida sobre o sentido de uma norma trabalhista, o intérprete deve optar pelo significado que mais beneficie o empregado, prevalecendo sobre qualquer critério hierárquico de fontes formais do direito.
- (B) O princípio da condição mais benéfica assegura que, havendo conflito entre duas ou mais normas jurídicas aplicáveis a uma mesma relação de trabalho, deve prevalecer aquela que seja mais favorável ao trabalhador, independentemente da posição hierárquica da fonte normativa.
- (C) O princípio do *in dubio pro operário* estabelece que o empregado tem o direito de exigir a preservação das cláusulas contratuais mais vantajosas que lhe foram concedidas ao longo do contrato, não podendo o empregador alterá-las para reduzir direitos, salvo se a alteração decorrer de lei ou de negociação coletiva que estabeleça condição mais favorável.
- (D) O princípio da norma mais favorável atua no plano da interpretação normativa, determinando que, entre duas ou mais interpretações possíveis de uma mesma regra, o julgador trabalhista deve escolher aquela mais benéfica ao trabalhador.
- (E) O princípio da condição mais benéfica opera no plano da inalterabilidade contratual lesiva, garantindo que as vantagens já incorporadas ao patrimônio jurídico do trabalhador não sejam suprimidas ou reduzidas.

26. Com base no disposto na CLT, assinale a alternativa correta acerca do regramento da jornada de trabalho.

- (A) Não podem ser descontadas, nem computadas como jornada extraordinária, as variações de horário no registro de ponto não excedentes de dez minutos, observado o limite máximo de cinco minutos diários.
- (B) O adicional de horas extras é de, no mínimo, 60% sobre o valor da hora normal, podendo ser reduzido por negociação coletiva.
- (C) O tempo despendido pelo empregado desde sua residência até a efetiva ocupação do posto de trabalho, inclusive quando o transporte for fornecido pelo empregador, é computado na jornada de trabalho como tempo à disposição.
- (D) O empregado que exerce cargo de gestão, equiparando-se a este os diretores e chefes de departamento ou filial, não se submete, em regra, ao regime de duração do trabalho previsto na CLT, desde que perceba salário compatível com a natureza fiduciária do cargo, superior em pelo menos 40% ao salário do cargo efetivo, quando houver.
- (E) Em caso de necessidade imperiosa para realização de serviços inadiáveis, a remuneração da hora excedente será, pelo menos, 50% superior à da hora normal, e o trabalho não poderá exceder 14 horas diárias.

27. Considerando o regime jurídico das férias no direito laboral, assinale a alternativa correta.

- (A) O empregado que registrar de 6 a 14 faltas ao serviço no período aquisitivo terá direito a 18 dias corridos de férias.
- (B) As férias podem ser fracionadas em até três períodos, desde que um deles não seja inferior a 10 dias corridos e os demais não sejam inferiores a 5 dias corridos cada um.
- (C) O empregado que receber auxílio-doença ou prestações acidentárias da Previdência Social por mais de seis meses no curso do período aquisitivo, ainda que descontínuos, não terá direito a férias.
- (D) O pagamento da remuneração das férias deve ser realizado pelo empregador com antecedência mínima de 5 dias do início do período de gozo.
- (E) O empregado dispensado por justa causa tem direito ao pagamento das férias proporcionais, ainda que incompleto o período aquisitivo de 12 meses.

28. No âmbito do processo do trabalho, a revelia e a confissão constituem institutos processuais com contornos específicos, disciplinados pela CLT e interpretados pela jurisprudência consolidada do Tribunal Superior do Trabalho.

Considerando esse regramento, assinale a alternativa correta.

- (A) O não comparecimento do reclamado à audiência importa revelia e confissão quanto à matéria de fato, ainda que presente seu advogado munido de procuração, podendo tais efeitos ser afastados mediante demonstração de motivo legalmente justificável para a ausência, na forma da CLT.
- (B) A revelia do reclamado produz confissão quanto à matéria de fato e de direito, dispensando a produção de qualquer prova pelo reclamante, inclusive quanto a direitos indisponíveis.
- (C) O não comparecimento do reclamante à audiência importa o arquivamento da reclamação, sem qualquer condenação em custas, desde que seja beneficiário da justiça gratuita.
- (D) A pessoa jurídica de direito público submete-se aos mesmos efeitos materiais da revelia aplicáveis aos empregadores privados, inclusive à confissão ficta quanto à matéria de fato.
- (E) O preposto do empregador deve ser necessariamente empregado da empresa, não se admitindo exceções, sob pena de reconhecimento da revelia e aplicação da confissão ficta.

29. Acerca do sistema recursal trabalhista, considerando o disposto na CLT e a jurisprudência consolidada do Tribunal Superior do Trabalho, assinale a alternativa correta.

- (A) O agravo de petição é cabível contra decisões interlocutórias proferidas na fase de conhecimento, exigindo-se do recorrente a delimitação justificada das matérias e dos valores impugnados.
- (B) O recurso de revista é cabível das decisões proferidas em grau de recurso ordinário pelos Tribunais Regionais do Trabalho, possui efeito suspensivo e sua admissibilidade pressupõe a demonstração da transcendência.
- (C) O recurso ordinário é interposto no prazo de oito dias e cabe das decisões definitivas ou terminativas proferidas pelas Varas do Trabalho, bem como das decisões dos Tribunais Regionais do Trabalho em processos de sua competência originária.
- (D) Os embargos de declaração são cabíveis no prazo de cinco dias e admitem efeito modificativo exclusivamente nas hipóteses de omissão e contradição, interrompendo o prazo para interposição de outros recursos.
- (E) Na fase de execução, admite-se recurso de revista por violação de lei federal ou por divergência jurisprudencial, sendo o agravo de instrumento cabível para destrancar o recurso cujo seguimento tenha sido denegado.

30. Nos termos da Política Nacional do Meio Ambiente, os órgãos e entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, bem como as fundações instituídas pelo Poder Público, responsáveis pela proteção e melhoria da qualidade ambiental, constituirão o Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA. A esse respeito, afirma-se corretamente que

- (A) os Estados, na esfera de suas competências e nas áreas de sua jurisdição, elaborarão normas gerais e complementares e padrões relacionados com o meio ambiente, observados os que forem estabelecidos pelo IBAMA.
- (B) os Municípios, observadas as normas gerais estaduais, também poderão elaborar normas complementares e suplementares e padrões relacionados com o meio ambiente e urbanismo.
- (C) de acordo com a legislação em vigor, é o Poder Executivo autorizado a criar uma Fundação de apoio técnico-científico às atividades do IBAMA.
- (D) os órgãos seccionais e locais mencionados deverão fornecer os resultados das análises efetuadas e sua fundamentação, dispensando-se o órgão central desse dever, quando solicitados por brasileiros natos ou naturalizados, ainda que não legitimamente interessados.
- (E) nos termos da lei, é o órgão central do SISNAMA autorizado a criar uma Instituição técnico-normativa para solução de conflitos socioambientais, referendado pelo Congresso Nacional.

31. Acerca do direito real de laje, afirma-se corretamente que

- (A) o proprietário de uma construção-base poderá ceder a superfície superior ou inferior de sua construção a fim de que o titular da laje mantenha unidade distinta daquela originalmente construída sobre o solo.
- (B) o direito real de laje contempla o espaço aéreo ou o subsolo de terrenos públicos ou privados, tomados em projeção vertical, como unidade imobiliária autônoma, contemplando as demais áreas edificadas pertencentes ao proprietário da construção-base.
- (C) o proprietário da construção-base cedida para o direito de superfície responderá pelos encargos e tributos que incidirem sobre a área cedida.
- (D) a instituição do direito real de laje implica a atribuição de fração ideal de terreno ao titular da laje, bem como a participação proporcional em áreas já edificadas ou não.
- (E) o titular da laje não está autorizado a ceder a superfície de sua construção para a instituição de um sucessivo direito real de laje, ainda que haja autorização expressa dos titulares da construção-base, em razão de se sobrepor a posturas edilícias e urbanísticas.

32. Considerando o regime jurídico da responsabilidade civil por dano ambiental, a intervenção do Estado na propriedade e a jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Superior Tribunal de Justiça (STJ), assinale a alternativa correta.
- (A) A responsabilidade civil por dano ambiental é subjetiva, exigindo a comprovação de dolo ou culpa do agente causador para a imposição do dever de reparar.
 - (B) O marco temporal para a configuração do dever de recuperar área de preservação permanente (APP) degradada é a data de aquisição do imóvel pelo atual proprietário, não retroagindo os efeitos da obrigação *propter rem* às degradações causadas por possuidores anteriores.
 - (C) É imprescritível a pretensão de reparação civil por danos ambientais, mas o reconhecimento dessa imprescritibilidade não alcança a pretensão punitiva administrativa, os quais se submetem aos prazos prescricionais legais.
 - (D) A inversão do ônus da prova não se aplica às ações de degradação ambiental, por ausência de previsão legal expressa.
 - (E) O reconhecimento do direito de propriedade sobre imóveis rurais localizados em áreas de proteção ambiental (APA) afasta, de forma absoluta, a possibilidade de o Município instituir limitações administrativas urbanísticas e ambientais sem a devida e prévia indenização em dinheiro.
33. Considerando o regime jurídico das Áreas de Preservação Permanente (APPs) em meio urbano, nos termos da Lei nº 12.651/2012 e da jurisprudência consolidada dos tribunais superiores, assinale a alternativa correta.
- (A) Os Municípios podem, mediante lei específica, definir as faixas marginais de Áreas de Preservação Permanente em áreas urbanas consolidadas, desde que fundamentadas em estudos técnicos que demonstrem a melhoria das condições ambientais em relação à situação anterior, observados o plano diretor, a legislação de uso e ocupação do solo, a proteção das áreas de risco e os demais requisitos previstos na Lei nº 12.651/2012.
 - (B) Em áreas urbanas consolidadas, as limitações relativas às Áreas de Preservação Permanente (APPs) ao redor de cursos d'água naturais são integralmente afastadas pelo instituto da consolidação urbana, aplicando-se exclusivamente o recuo de 15 (quinze) metros previsto na Lei nº 6.766/1979.
 - (C) O Supremo Tribunal Federal, ao apreciar a constitucionalidade do Código Florestal, declarou inconstitucional a criação de Áreas de Preservação Permanente (APPs) no entorno de reservatórios artificiais decorrentes de barramento de cursos d'água naturais, por entender que tais restrições violam o direito de propriedade sem prévia indenização.
 - (D) A delimitação municipal das Áreas de Preservação Permanente (APPs) em áreas urbanas consolidadas depende exclusivamente da aprovação do Plano Diretor.
 - (E) É permitida a supressão de vegetação nativa protetora de nascentes em áreas urbanas para implantação de empreendimento imobiliário de natureza comercial, bastando a realização de compensação ambiental financeira fixada pelo Município.

34. Considerando os princípios fundamentais do direito ambiental brasileiro, assinale a alternativa correta.

- (A) O princípio do poluidor-pagador autoriza a exploração de recursos naturais potencialmente poluidores mediante o pagamento prévio de compensação financeira ao poder público, afastando a necessidade de adoção de medidas preventivas ou reparatórias.
- (B) O princípio da precaução aplica-se às situações em que os riscos ambientais já são plenamente conhecidos e cientificamente comprovados, impondo ao poder público a adoção de medidas destinadas a evitar a concretização do dano previsível.
- (C) O princípio da prevenção orienta a atuação estatal e dos particulares diante de riscos ambientais conhecidos e cientificamente identificáveis, impondo a adoção de medidas destinadas a evitar ou minimizar a ocorrência de danos ao meio ambiente.
- (D) O princípio da participação da coletividade restringe-se à atuação das organizações não governamentais ambientalistas regularmente constituídas, não abrangendo mecanismos de consulta pública ou controle social exercidos por cidadãos individualmente considerados.
- (E) O princípio do desenvolvimento sustentável estabelece a prevalência absoluta da proteção ambiental sobre os interesses econômicos e sociais, vedando qualquer atividade produtiva que implique intervenção em ecossistemas naturais.

35. A Procuradoria Jurídica do Município de Sales Oliveira foi consultada acerca da possibilidade de retomada de imóvel urbano locado pelo Município a particular, pois, após a celebração do contrato de locação, constatou-se a necessidade de utilização do imóvel para instalação de um órgão da administração.

Diante dessa situação hipotética e considerando as disposições da Lei nº 8.245/1991 (Lei do Inquilinato), é correto afirmar:

- (A) O Município poderá denunciar unilateralmente o contrato a qualquer tempo, independentemente de previsão contratual, bastando comunicar o locador com antecedência mínima de trinta dias, em razão da supremacia do interesse público.
- (B) O Município não poderá rescindir unilateralmente o contrato, tampouco poderá propor ação de despejo em caso de falta de pagamento, devendo recorrer à cobrança dos aluguéis e encargos em ação de conhecimento.
- (C) Aplicam-se as disposições da Lei nº 8.245/1991, sem prejuízo da incidência das normas de direito público pertinentes, não havendo prerrogativa legal que autorize a rescisão unilateral apenas invocando o interesse público.
- (D) O Município poderá rescindir unilateralmente o contrato de locação, sem qualquer prévio aviso, mediante simples decreto do Chefe do Poder Executivo, dispensada qualquer indenização ao locador.
- (E) Os contratos de locação celebrados pela Administração Pública possuem natureza de contrato administrativo típico, submetendo-se integralmente ao regime jurídico de direito público e afastando-se a incidência da Lei nº 8.245/1991.

36. Suponha que em Sales Oliveira haja um núcleo urbano informal consolidado, ocupado predominantemente por população de baixa renda há mais de quinze anos, sem registro imobiliário regular. Diante da necessidade de promover a regularização fundiária e assegurar o cumprimento da função social da propriedade, o Procurador Municipal foi instado a emitir parecer sobre a aplicação da Lei nº 13.465/2017.

À luz das disposições constantes da Lei nº 13.465/2017, assinale a alternativa correta.

- (A) A Regularização Fundiária Urbana (Reurb), com a legitimação fundiária do direito real de propriedade conferido por ato do poder público, aplica-se a áreas públicas, sendo vedada sua aplicação sobre imóveis privados.
- (B) A instauração da Regularização Fundiária Urbana (Reurb) depende exclusivamente da iniciativa do proprietário do imóvel, sendo vedado ao Município instaurar o procedimento de ofício.
- (C) A Reurb de Interesse Social (Reurb-S) destina-se exclusivamente à regularização de imóveis pertencentes ao Poder Público, enquanto a Reurb de Interesse Específico (Reurb-E) aplica-se aos imóveis particulares.
- (D) Constitui objetivo da Regularização Fundiária Urbana identificar os núcleos urbanos informais, promover sua regularização jurídica, urbanística, ambiental e social e concretizar o princípio constitucional da função social da propriedade.
- (E) A aprovação da Regularização Fundiária Urbana transfere automaticamente ao ocupante a propriedade do imóvel, independentemente da expedição de título de legitimação fundiária ou de registro perante o cartório competente.

37. O Município de Sales Oliveira celebrou contrato para execução de obras de drenagem urbana. Durante a execução contratual, a empresa contratada deixou de pagar diversos fornecedores de materiais de construção, embora tenha recebido regularmente os pagamentos efetuados pela Administração Pública. Um dos fornecedores ajuizou ação diretamente contra o Município, alegando enriquecimento sem causa da Administração, pois os materiais foram empregados em obra pública e beneficiaram o patrimônio municipal.

Diante dessa situação hipotética, aplicando-se as previsões do Código Civil, conclui-se que

- (A) o Município responde solidariamente pelo pagamento da dívida do contratado ao fornecedor de materiais, pois foi beneficiário direto dos materiais empregados na obra pública.
- (B) o Município responde subsidiariamente pela obrigação junto ao fornecedor de materiais, independentemente de previsão legal, em razão da vedação ao enriquecimento sem causa.
- (C) o Município responde solidariamente pelo pagamento da dívida do contratado ao fornecedor de materiais, aplicando-se o conceito de consumidor por equiparação.
- (D) o fornecedor poderá exigir o pagamento diretamente do Município, desde que demonstrar a boa-fé objetiva e a efetiva entrega dos materiais utilizados na obra pública.
- (E) a utilização dos materiais não transfere ao Município a obrigação de pagar a dívida do contratado, inexistindo vínculo obrigacional direto entre a Administração e o fornecedor.

38. Com fundamento na Lei nº 11.101/2005 e na jurisprudência consolidada em súmula pelo Superior Tribunal de Justiça, o juízo da recuperação judicial

- (A) é competente para decidir sobre a constrição de bens pertencentes à empresa em recuperação judicial, ainda que não sujeitos aos efeitos do plano de recuperação.
- (B) não é competente para decidir sobre a constrição de bens não abrangidos pelo plano de recuperação da empresa.
- (C) não é competente para decidir sobre a constrição de bens sujeitos aos efeitos da recuperação judicial.
- (D) poderá decidir sobre a constrição de bens da empresa sempre que houver execução em curso perante outro juízo.
- (E) não é competente para decidir sobre a constrição de bens objeto de execução proposta contra a empresa em recuperação judicial.

39. O Procurador do Município de Sales Oliveira foi consultado acerca da legalidade do compartilhamento de dados pessoais constantes de cadastro municipal com pessoa jurídica de direito privado para a execução de política pública prevista em lei. Considerando exclusivamente o disposto na Lei nº 13.709/2018 (LGPD), assinale a alternativa correta.

- (A) O compartilhamento de dados pessoais pelo Poder Público com pessoa jurídica de direito privado depende, em qualquer hipótese, de consentimento prévio, expresso e específico do titular dos dados.
- (B) O tratamento de dados pessoais pelo Poder Público somente poderá ocorrer mediante consentimento do titular, ainda que realizado para o exercício de competência legal do órgão público.
- (C) A comunicação ou o uso compartilhado de dados pessoais pelo Poder Público com pessoa jurídica de direito privado dependerá de consentimento do titular, ressalvadas as hipóteses previstas na própria Lei nº 13.709/2018.
- (D) O compartilhamento de dados pessoais pelo Poder Público com entidades privadas independe de previsão legal específica, desde que observado o princípio da publicidade administrativa.
- (E) O tratamento de dados pessoais pelo Poder Público destina-se exclusivamente à proteção do interesse da Administração Pública, independentemente da finalidade pública ou do interesse público envolvidos.

40. Segundo a Constituição Federal do Brasil (1988),

- (A) a lei ordinária disporá sobre emissão e resgate de títulos da dívida pública.
- (B) o banco central deverá comprar e vender títulos de emissão do Tesouro Nacional, com o objetivo de regular a oferta de moeda ou a taxa de juros.
- (C) a lei ordinária disporá sobre dívida pública externa e interna, incluída a das autarquias, fundações e demais entidades controladas pelo Poder Público.
- (D) a competência da União para emitir moeda será exercida exclusivamente pelo banco central.
- (E) a lei ordinária disporá concessão de garantias pelas entidades públicas.

41. De acordo com a Constituição Federal do Brasil (1988),

- (A) os projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais serão apreciados pelas duas Casas do Congresso Nacional, na forma do regimento comum.
- (B) as emendas individuais ao projeto de lei orçamentária serão aprovadas no limite de 5% (cinco por cento) da receita corrente bruta do exercício anterior ao do encaminhamento do projeto, observado que 1/3 (um terço) desse percentual será destinado a ações e serviços públicos de saúde.
- (C) as emendas individuais impositivas apresentadas ao projeto de lei orçamentária anual deverão alocar recursos à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos municípios por meio de transferência programada ou transferência voluntária.
- (D) é permitida a realização de operações de créditos, ainda que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovados pelo Poder Executivo.
- (E) é autorizada a transferência voluntária de recursos e a concessão de empréstimos, inclusive por antecipação de receita, pelos governos estaduais e municipais e suas instituições financeiras, para pagamento de despesas com pessoal ativo, inativo e pensionista, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios.

42. Assinale a alternativa correta de acordo com a Lei nº 4.320/64.

- (A) São receitas correntes as provenientes da realização de recursos financeiros oriundos de constituição de dívidas; da conversão, em espécie, de bens e direitos; dos recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, destinados a atender despesas classificáveis em despesas de capital e, ainda, o superavit do orçamento corrente.
- (B) Classificam-se como transferências correntes as dotações para despesas, as quais não correspondam contraprestação direta em bens ou serviços, inclusive para contribuições e subvenções destinadas a atender à manutenção de outras entidades de direito público ou privado.
- (C) São receitas de capital as receitas tributária, de contribuições, patrimonial, agropecuária, industrial, de serviços e outras e, ainda, as provenientes de recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, quando destinadas a atender despesas classificáveis em despesas correntes.
- (D) Classificam-se como inversões de capital as dotações para o planejamento e a execução de obras, exceto as destinadas à aquisição de imóveis considerados necessários à realização destas últimas, bem como para os programas especiais de trabalho, aquisição de instalações, equipamentos e material permanente e constituição ou aumento do capital de empresas que não sejam de caráter comercial ou financeiro.
- (E) Classificam-se como transferências de capital as dotações destinadas à aquisição de títulos representativos do capital de empresas ou entidades de qualquer espécie, já constituídas, quando a operação não importe aumento do capital.

43. Com relação ao que dispõe a Lei nº 4.320/64, assinale a alternativa correta.

- (A) Os créditos adicionais classificam-se em especiais, são destinados ao reforço de dotação orçamentária.
- (B) Os créditos adicionais classificam-se em suplementares, são destinados às despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica.
- (C) Os créditos suplementares e especiais serão autorizados por lei e abertos por resolução do Congresso Nacional.
- (D) A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa.
- (E) Os créditos adicionais classificam-se em extraordinários, são destinados ao reforço de dotação orçamentária.

44. Segundo a Lei Complementar nº 101/2000, a lei de diretrizes orçamentárias atenderá o disposto na Constituição Federal do Brasil (1988) e, no caso da União, o anexo de metas fiscais do projeto de lei de diretrizes orçamentárias conterá também, dentre outras exigências legais, as metas anuais para o exercício a que se referir e, com o objetivo de garantir sustentabilidade à trajetória da dívida pública, para os

- (A) 2 (dois) seguintes.
- (B) 5 (cinco) seguintes.
- (C) 4 (quatro) seguintes.
- (D) 6 (seis) seguintes.
- (E) 3 (três) seguintes.

45. De acordo com o art. 33 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), que permitiu ao Poder Público parcelar o pagamento de precatórios judiciais, ressalvados os créditos de natureza alimentar, o valor dos precatórios judiciais pendentes de pagamento na data da promulgação da Constituição, incluído o remanescente de juros e correção monetária, poderia, a partir de 1º de julho de 1989, por decisão editada pelo Poder Executivo em até cento e oitenta dias da promulgação da Constituição Federal de 1988, ser pago em moeda corrente, com atualização, em prestações anuais, iguais e sucessivas, no prazo máximo de

- (A) oito anos.
- (B) vinte anos.
- (C) dez anos.
- (D) cinco anos.
- (E) quinze anos.

46. Considere que o representante do Ministério Público ajuizou uma ação civil pública em face do município ABC, requerendo, em medida liminar, que o ente público, no prazo de trinta dias, disponibilize programa de saúde mental às crianças e adolescentes para prevenção e tratamento de agravos de saúde mental. O juiz concedeu a tutela liminarmente e, de ofício, impôs multa diária ao réu, caso a decisão não fosse cumprida no prazo de 30 (trinta) dias. O ente público permaneceu inerte, não cumpriu a liminar e limitou-se apenas a apresentar contestação. Após o devido processo legal, o processo foi julgado procedente e transitou em julgado.

Com base na situação hipotética apresentada e no disposto no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), é correto afirmar que

- (A) o juiz agiu de forma incorreta, pois a imposição de multa diária ao réu depende do pedido do autor, sob pena de ofensa ao princípio da imparcialidade e da demanda.
- (B) o representante do Ministério Público se equivocou ao ajuizar a ação civil pública, uma vez que o ECA garante o acesso a programas de saúde mental exclusivamente aos adolescentes e não às crianças.
- (C) a multa é exigida do réu desde o dia em que se houver configurado o descumprimento, não se sujeitando ao regime de precatórios se o ente público estiver em atraso no pagamento de tais verbas.
- (D) o representante do Ministério Público se equivocou ao ajuizar a ação civil pública, uma vez que o ECA garante o acesso a programas de saúde mental para tratamento de agravos de saúde mental, e não para prevenção, o que é incumbência do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).
- (E) o valor decorrente da multa aplicada será destinado ao fundo gerido pelo Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente do município ABC.

47. Considere que o Sindicato dos Professores do município ABC ajuizou, no dia 01 de fevereiro de 2026, uma ação coletiva substitutiva que versava sobre direito individual homogêneo e requeria o reconhecimento de diferenças remuneratórias em favor dos professores. A ação foi julgada procedente e transitou em julgado. Sônia e Rosa são sucessoras de João Luiz, professor municipal falecido no dia 01 de janeiro de 2026. Ao tomarem conhecimento de que a coisa julgada da ação coletiva beneficiou todos os colegas de trabalho do seu falecido pai, contrataram um advogado para executar a sentença condenatória.

Com base na situação hipotética e no disposto na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, é correto afirmar que Sônia e Rosa

- (A) têm legitimidade ativa para requerer a execução da sentença condenatória coletiva, pois com a morte do servidor elas o sucederam em todos os direitos e obrigações.
- (B) não são beneficiadas pela decisão transitada em julgado que condena ao pagamento de diferenças, salvo se expressamente contempladas.
- (C) só seriam beneficiadas pela decisão transitada em julgado se o autor da ação coletiva fosse uma associação.
- (D) só seriam beneficiadas pela decisão transitada em julgado se se tratasse de uma ação coletiva representativa.
- (E) só seriam beneficiadas pela decisão transitada em julgado se se tratasse de uma ação coletiva ordinária.

48. Considere que Socorro tem 65 (sessenta e cinco) anos e é uma consumidora superendividada. Na última segunda-feira, ela se dirigiu até o Banco Crédito Fácil (BCF) com o objetivo de fazer um novo empréstimo, oportunidade na qual foi atendida por Jéssica, que garantiu que a operação de crédito pode ser concluída sem consulta a serviços de proteção ao crédito, tudo com o fim de tornar o acesso ao crédito mais fácil e desburocratizado.

Com o objetivo de comparar o custo efetivo total da operação antes de assinar o contrato com o BCF, Socorro dirigiu-se até o Banco Mais Valor (BMV) e, como a taxa mensal de juros era inferior à do BCF, decidiu que iria contratar a operação de crédito imediatamente. No entanto, Luísa, responsável legal pelo setor de concessão de crédito aos idosos, negou o crédito, motivando-se, para isso, no superendividamento de Socorro. Inconformada e sem recursos financeiros para subsistir com dignidade, ela requereu ao juiz competente a instauração de processo de repactuação de dívidas. No dia marcado para a audiência preliminar, todos os credores compareceram, mas não aceitaram o plano de pagamento sugerido pela devedora e nem apresentaram contraposta, e, em consequência, o juiz aplicou a todos a suspensão da exigibilidade do débito e a interrupção dos encargos da mora.

Com base na situação hipotética apresentada e no disposto no Estatuto do Idoso e no Código de Defesa do Consumidor, assinale a alternativa correta.

- (A) O juiz equivocou-se ao aplicar sanções aos credores, pois, na audiência preliminar, não há obrigação legal para os credores apresentarem contraproposta ou aderirem ao plano de pagamento formulado pela devedora.
- (B) O juiz equivocou-se ao suspender a exigibilidade dos débitos dos credores, pois, uma vez constatada a inércia deles, deve-lhes ser imposta a sujeição compulsória ao plano de pagamento da dívida, se este for considerado razoável pelo juiz.
- (C) Socorro equivocou-se ao requerer ao juiz a instauração de processo de repactuação de dívidas, pois tal pedido deve ser feito diretamente ao PROCON do seu município.
- (D) Não há qualquer ilegalidade na conduta de Jéssica em garantir que a operação de crédito poderia ser concluída sem consulta a serviços de proteção ao crédito, pois deve ser respeitada a dignidade e a privacidade de Socorro, que é pessoa idosa.
- (E) Quando Luísa negou crédito à Socorro, que é pessoa idosa, motivando-se, para isso, no seu superendividamento, cometeu crime punido com pena de reclusão.

49. De acordo com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, a compra e venda de lote não registrado é

- (A) válida e eficaz, se não houver danos ao meio ambiente.
- (B) anulável, se os particulares estavam cientes da irregularidade do imóvel.
- (C) nula, independentemente de ter sido firmada entre particulares que estavam cientes da irregularidade do imóvel no momento do negócio jurídico.
- (D) anulável, se o vendedor não atuar como profissional do ramo.
- (E) válida e eficaz, se não houver comprovação de danos sociais.

50. Assinale a alternativa que está de acordo com a Lei Orgânica da Assistência Social (Lei nº 8.742/1993).

- (A) A organização da assistência social tem como uma de suas diretrizes principais a centralização político-administrativa na União.
- (B) O Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas) é a unidade pública municipal, de base territorial, localizada em áreas com maiores índices de vulnerabilidade e risco social, destinada à articulação dos serviços socioassistenciais no seu território de abrangência e à prestação de serviços, programas e projetos socioassistenciais de proteção social básica às famílias.
- (C) O funcionamento das entidades e organizações de assistência social depende de prévia inscrição no respectivo Conselho Municipal de Assistência Social com pelo menos 90 (noventa) dias de antecedência.
- (D) Os resultados alcançados pelo ente federado na gestão do Sistema Único de Assistência Social (Suas), aferidos na forma de regulamento, não podem ser considerados como prestação de contas dos recursos a serem transferidos a título de apoio financeiro, sob pena da prática de improbidade administrativa.
- (E) Compete aos municípios efetuar o pagamento dos auxílios natalidade e funeral e executar os projetos de enfrentamento da pobreza, incluindo a parceria com organizações da sociedade civil.

RASCUNHO

RASCUNHO

